

INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO

Autor: Econ. EDGAR IRIO SIMM

Data: 1971

O processo decisório, na Administração Pública, subordina-se cada vez mais a considerações de ordem racional, objetivando a eficiência e perseguindo, em última análise, a maximização dos grandes objetivos definidos pelo Governo.

Se, por um lado, é notória a intenção e o desejo de aprimorar o processo, verifica-se, por outro lado, que a técnica ainda não conseguiu, e talvez nunca o consiga, desenvolver todos os instrumentos capazes de eliminar de todo a subjetividade por parte do agente de decisão.

A avaliação de recursos disponíveis e sua distribuição eficiente entre alternativas hierarquizadas, segundo critérios de prioridades, constitui-se no ponto chave do problema.

Se avaliar recursos não oferece maiores dificuldades, ainda que seja mais complexo que a parentem ente possa parecer, estabelecer prioridades objetivas é tarefa extremamente difícil.

Entretanto, decisões tem de ser tomadas, e o argumento da escassez e precariedade dos instrumentos não pode ser aceito.

Na Pasta da Agricultura, Unidade que se integra e se harmoniza com a orientação global do Governo, procura-se, atento à orientação emanada do Chefe do Governo, racionalizar as decisões mediante a aplicação dos conceitos que influem na própria definição da Ciência Econômica.

O desenvolvimento econômico é sem dúvida a meta comum de todas as esferas do Poder Público e todas as decisões procuram orientar-se na direção do magno objetivo.

O conceito de desenvolvimento, modernamente vai muito além do mero crescimento dos níveis de renda "per capita" das populações.

É indispensável que este seja acompanhado de modificações nas estruturas sociais, de sorte a não só possibilitar, mas assegurar uma participação cada vez mais efetiva e equitativa de todos, na riqueza gerada pela sociedade.

Com este objetivo básico definido, o que se deseja maximizar, é mister que a Pasta da Agricultura se compatibilize com tal propósito, atribuindo ao setor primário da Economia, o seu papel na geração e aceleração do desenvolvimento.

Na última década, a Renda Interna Real do Estado do Rio Grande do Sul,

experimentou uma fase bastante crítica, mais especificamente, nos anos de 1962 a 1967, com índices de incremento inferiores ao desenvolvimento demográfico. A partir de 1967, todavia, as taxas de crescimento da Renda Interna mostraram-se excelentes, acompanhando, de resto, a marcha explosiva do País.

Se tal quadro é perfeitamente satisfatório e compatível com o que se deseja para o Estado e o País, restaria, pois, desenvolver uma estratégia capaz de assegurar a manutenção desse progresso ou quiçá acelerá-lo ainda mais.

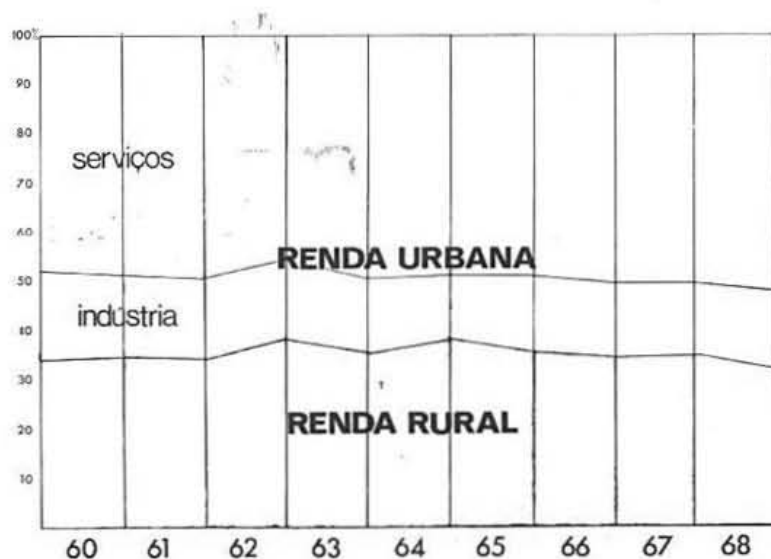
Mister se faz, para isso, identificar a estrutura da Renda do Estado e verificar, assim, a participação de cada setor na formação do conjunto e mantê-los sob controle.

A Renda Interna é subdividida, classicamente em 3 setores: Agrícola, Industrial e de Prestação de Serviços. O primeiro corresponde à renda gerada no meio rural e os dois últimos à renda gerada no meio urbano.

A participação de cada setor, na formação do produto total, ao longo do tempo, enseja a oportunidade de identificar tendências que podem representar fatores de preocupação, eis que o desenvolvimento que se deseja, pressupõe o equilíbrio material, representado pela harmônica participação no progresso de todas as áreas da economia.

O quadro nº 1 apresenta, em termos percentuais, a estrutura da Renda do Estado, durante o período 1960-1968.

QUADRO 1 Estrutura da Renda Interna do Rio Grande do Sul 1960-1968



Fonte: Fundação Getúlio Vargas CCN
Cálculo: Prof. Edgar Irio Simm

Constata-se, com nitidez, uma participação decrescente da agricultura, principalmente a partir de 1963. Por outro lado, enquanto no período, a Indústria mantinha praticamente sua posição, o setor Serviços teve a sua importância ligeiramente aumentada.

Diante dessa realidade, uma indagação se impõe naturalmente. É tal tendência comprometedor para o equilíbrio do sistema? Cabe uma ação do Poder Público no sentido de alterá-la?

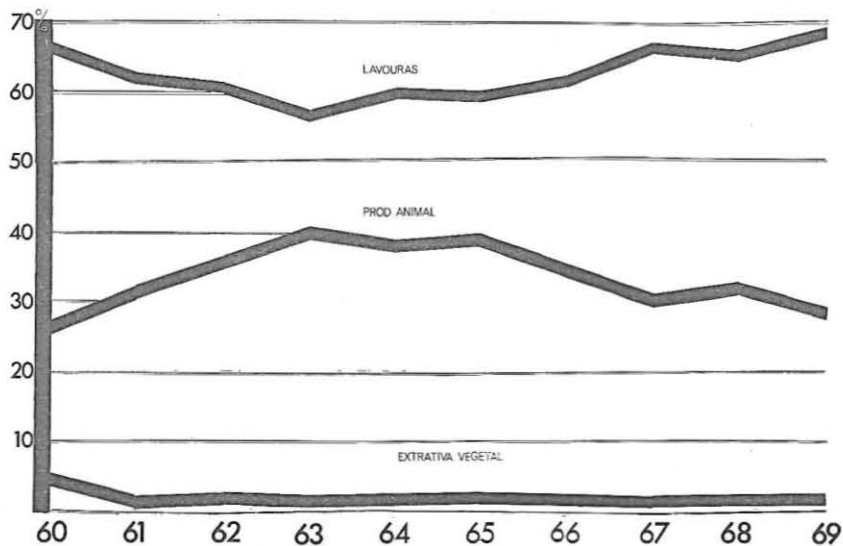
É evidente que a constatação pura e simples do fato, não autoriza qualquer formulação conclusiva. Várias hipóteses poderiam ser feitas. Uma menor participação da agricultura poderia significar redução na oferta de alimentos e matérias primas, além de um achatamento nos níveis de renda das populações rurais. É preciso testar a hipótese com a utilização de elementos adicionais.

Uma tentativa de calcular a renda "per capita" da população rural e compará-la nos anos que constituem os extremos da série com exame, poderia oferecer alguns dos elementos indispensáveis ao julgamento do problema.

O quadro nº 2 oferece o comparativo entre a Renda "per capita" da população total e urbana nos anos de 1960 e 1968. Verifica-se que, em 1960, o setor rural concorria com 35,6% da renda interna, cabendo ao setor urbano 64,4%. A população rural, por outro lado, naquele ano, representava, segundo o censo demográfico 55,1% da população total, cabendo ao meio urbano o restante de 44,9%. Dividindo, pois, a renda rural pela população competente chega-se a um coeficiente de

QUADRO 3

Composição do Produto Agrícola Rio Grande do Sul 1960-1969



Fonte: Fundação Getúlio Vargas CCN
Cálculo: Prof. Edgar Irio Simm

0,65. Do mesmo modo dividindo-se a renda urbana pela população urbana, chega-se a um coeficiente de 1,43. Relacionando-se os dois valores, conclui-se que a renda "per capita" do setor rural estava, em 1960, a quem da metade - 0,45 - da renda "per capita" do setor urbano.

Repetindo-se o mesmo raciocínio para o ano de 1968, constata-se que não obstante a participação menor - 32,7 contra 35,6% da agricultura na formação da renda interna, houve um

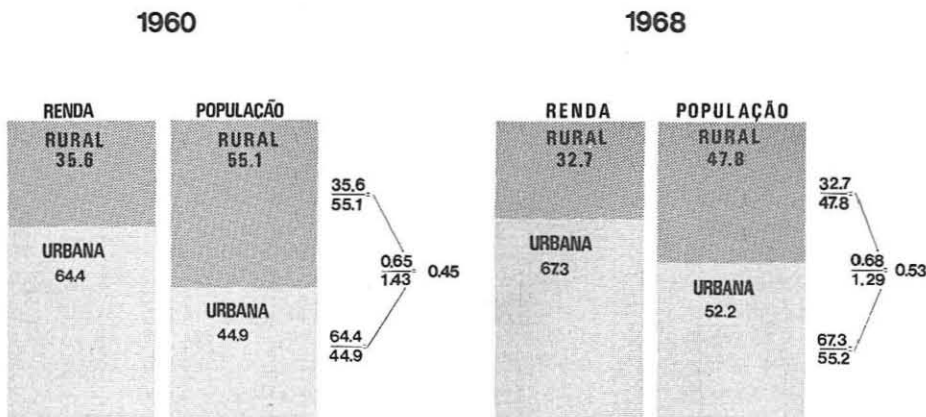
substantial aumento nos níveis de renda "per capita" da população rural relativamente à urbana. Logo, não parece sugerir maior preocupação a tendência na estrutura da Renda, mormente, tendo em conta que todos os países desenvolvidos, à medida que progrediam, experimentavam o mesmo fenômeno. A população se urbaniza e um maior número de agricultores dá conta da produção necessária ao atendimento da demanda de alimentos e matérias primas. Isso lhes cria a oportunidade de incrementar os seus níveis de renda, através de uma organização mais eficiente do processo produtivo. Forçoso é dizer que este raciocínio não permite vislumbrar, nem de leve, a forma pela qual a renda se distribue entre os diferentes grupos sociais que integram cada setor, circunstância de extraordinária significação e por isso mesmo merece ser encaminhada em separado.

Viu-se que com os elementos até agora compulsados não foi possível eleger a variável estratégica capaz de suportar o impacto da ação do Governo e garantir a manutenção da taxa atual de desenvolvimento. É preciso, por conseguinte, continuar na busca.

A escolha de tal estratégia, entretanto, estará condicionada ao perfeito conhecimento da estrutura da produção, e suas tendências, bem como a natureza dos recursos naturais, materiais e humanos existentes.

Assim pois, o desdobramento do

QUADRO 2 Renda "PER CAPITA" Rural-Urbana Comparada 1960-1968-



Fonte: Fundação Getúlio Vargas CCN
Curso Demográfico

produto agrícola em seus grandes componentes, poderá oferecer a pista inicial. O quadro nº 3 (na pág. 4), decompõe o produto Agrícola em suas atividades "lavouras", "produção animal e derivados" e "extrativa vegetal".

Constata-se que com relação aos dois primeiros sub-setores, houve, a partir de 1963, uma acentuada modificação. As lavouras experimentaram um desenvolvimento bem mais acelerado que a produção animal, fazendo com que aquelas passassem a concorrer, em 1969, com 68, 8% do produto agrícola e esta com 28, 2%, quando em 1966, a situação era de 57, 2 e 40, 4, respectivamente.

Forçoso será indagar, se esse desenvolvimento tem alguma significação no sentido de fundamentar ou orientar uma tomada de decisão.

Dentre os fatores determinantes da demanda, de um modo geral, e especialmente no caso da demanda de alimentos, os hábitos e preferências do consumidor desempenham um papel de extraordinária importância. Todos sabem o quanto são rígidos os hábitos alimentares das populações, o que dá ao mercado de gêneros alimentícios características peculiares. Todavia, é verdade que à medida que uma população se urbaniza e na proporção em que cresce em poder aquisitivo, as suas preferências sofrem paulatinas transformações, orientando suas decisões, ao hierarquizar seus desejos, no sentido de determinados grupos de alimentos. Da relação entre as variações na demanda de certos alimentos e as modificações nos níveis de renda, flui o conceito de elasticidade de renda, através de cujo coeficiente e respectivo sinal se mede, não apenas a intensidade de variação, mas também o seu sentido, isto é, se a variação é para mais ou para menos.

Da análise do comportamento do consumidor, em face dos produtos agrícolas, em diferentes países e a diferentes níveis de renda, resultou a possibilidade de agrupar, principalmente os alimentos, segundo a reação do consumidor. Elevados níveis de renda, bem como o desenvolvimento ascendente desses níveis, conduz a um processo seletivo entre alimentos, repercutindo, alguns positiva, outros negativamente na demanda.

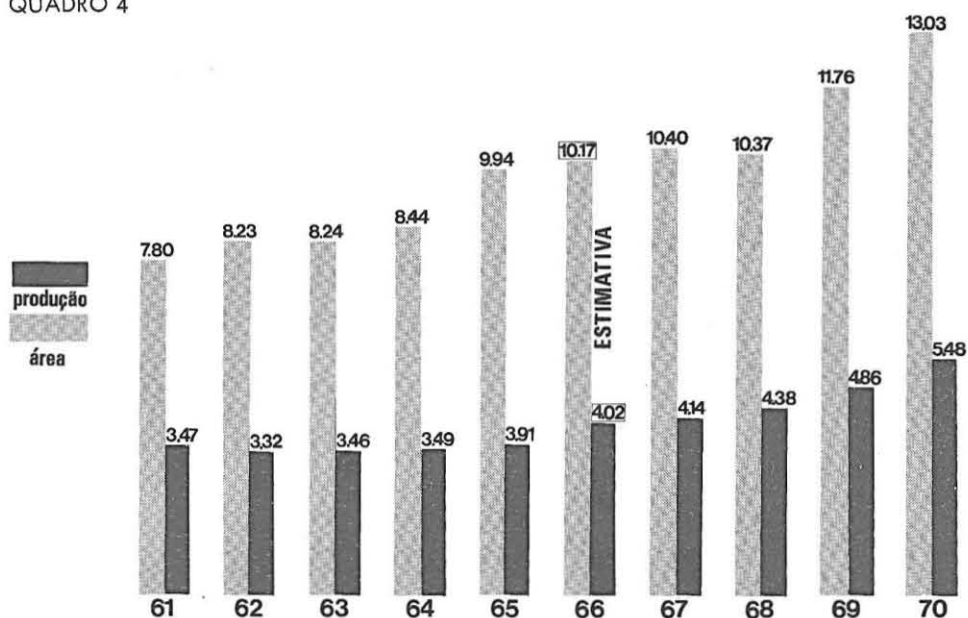
Dentre os alimentos que repercutem intensa e positivamente na sua demanda, em face de elevações na capacidade aquisitiva das populações, estão justamente aqueles de origem animal, carnes, leite e derivados.

Produzir, orientando no sentido de mercado, é uma característica de racionalidade econômica. Consequentemente, as tendências que vem apre-

sentando o setor agrícola do Rio Grande, não são condizentes com a potencialidade e solicitações do mercado. Está, assim, identificada uma área que deverá merecer especial atenção no preparo das decisões e programações da Secretaria. Sem prejuízo do crescimento da atividade lavoureira, é importante que o setor da pecuária seja agressivamente reativado.

A sustentação de elevadas taxas de crescimento econômico e a criação de condições capazes de assegurar uma participação mais equitativa das populações nas riquezas geradas pela economia, não é apenas um postulado de progresso social, mas constitui-se num verdadeiro mandamento de justiça.

QUADRO 4



Se a lavoura do Rio Grande do Sul tem correspondido plenamente aos anseios nacionais e do Estado, resta buscar a segurança de que, pelo menos durante alguns anos, ela consiga manter tal posição.

Mister será, por conseguinte, que se identifiquem, preliminarmente, as causas do crescimento da produção lavoureira, quer do ponto de vista da sua estrutura, quer sob o prisma da tecnologia.

É fora de dúvida que a variável predominante na formação do produto, é a área cultivada, sendo muito acanhados ainda, os acréscimos atribuíveis à produtividade. Apenas para simplificar, considere-se o seguinte: no triênio 1961-1963 a produção dos 23 principais produtos lavoureiros do Estado atingiu a 8, 1 milhão de toneladas, que se efetivou sobre uma área cultivada de 3, 4 milhões de hectares. Em 1970, a produção dos mesmos cultivos atingiu a 13, 0 milhões de toneladas e a

área cultivada se elevou a 5, 5 milhões de hectares.

Conclui-se que se não tivesse havido uma modificação na participação individual de cada produto, poder-se-ia afirmar que o rendimento por unidade de área, no período considerado, não teria experimentado nenhuma melhoria.

A composição da produção lavoureira, entretanto, não permaneceu a mesma, sendo visível de ano a ano, o crescimento e importância de alguns cultivos. Mesmo assim, é lícito afirmar que os acréscimos obtidos na produção lavoureira, devem-se, em sua maior parte, ao aumento da área cultivada, com uma participação muito aca-nhada do fator produtividade. Até quan-

do será possível incrementar a produção agrícola a custa da expansão da área? É difícil estabelecer-se com precisão este limite. Todavia, não é difícil concluir que essa capacidade não é ilimitada e que a incorporação de novas áreas torna-se, ano após ano, mais difícil. A inovação tecnológica terá de atingir o campo com o condição "sine qua non" para a manutenção de nosso desenvolvimento. O quadro nº 4 ilustra com muita propriedade, o desenvolvimento paralelo entre produção e área cultivada.

A participação da fruticultura no produto lavoureiro é inferior a 5%, e inobstante estarem a banana, a laranja e o pessego assumindo posições de crescente significação, este exame, na atual etapa, limitar-se-á aos 23 produtos lavoureiros para os quais existem informações estatísticas. Dentre estes, despontam com uma participação de 69, 8% do valor e 81, 9% da área os seguintes, em ordem decres-

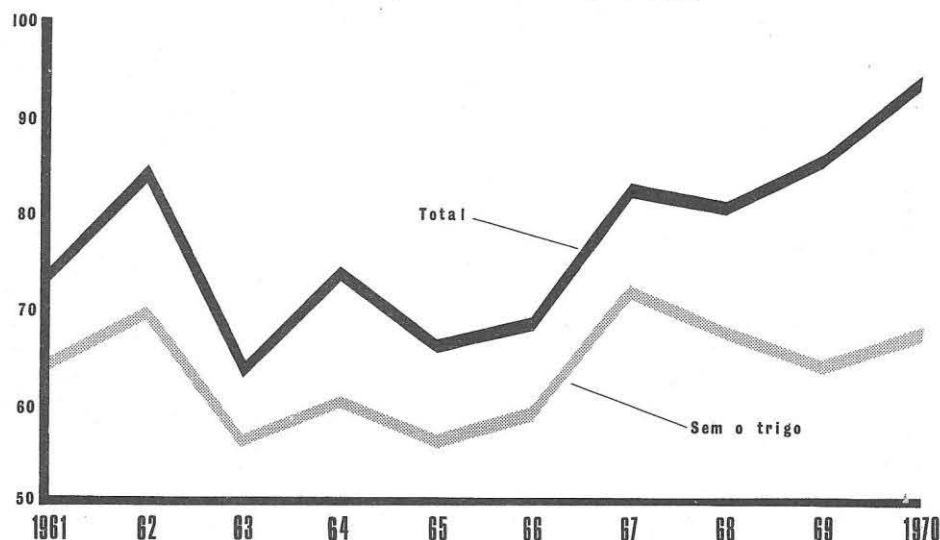
cente: Trigo, Arroz, Milho e Soja. Ora, se as decisões do Poder Público se orientassem exclusivamente por critérios de ordem econômica, seria perfeitamente justificável concentrar, sobre os mencionados produtos, a totalidade dos recursos disponíveis, gerando na Economia como um todo, resultados altamente positivos. Ocorre, todavia, que produtos existem que, embora sem grande significação do ponto de vista da Economia Geral, são a base econômica de regiões do Estado, oferecendo oportunidade de sustento a milhares de pequenos agricultores. É o caso da uva, da cebola, da batatinha e outros. Essa circunstância subordina, também as decisões do Poder Público a argumentos de ordem social, que em muitos casos, comprometem a tecnologia e produtividade, mas cujo ônus a sociedade terá de suportar.

Dentre os produtos lavoureiros, os que tiveram a maior participação na explosão agrícola que se vê no Rio Grande do Sul, despontam o Trigo e o Soja: binômio que alterou a estrutura da produção e introduziu em extensas áreas a mecanização e moderna tecnologia. O trigo que já se cultivou no Rio Grande, mas que fracassou em sua primeira investida, renasceu sustentado por uma ótima retaguarda de pesquisa, estímulo governamental adequado em termos de crédito e preço, e sólida organização cooperativa. A produção que em 1968 era de 673 mil toneladas, passou no ano seguinte para 1.089 toneladas, atingindo em 1970, 1.465 toneladas. Tudo faz crer que a colheita, na última safra, não obstante os baixos rendimentos verificados em algumas áreas, tenha confirmado uma produção de 1.750 toneladas. Esse de-

tem na economia gaúcha e pela sua participação decisiva na excepcional taxa de desenvolvimento, o produto deve merecer permanente atenção. Não é de todo infundada a suspeita de que já nos próximos anos esteja o Rio Grande a braços com sérios proble-

rá já no próximo exercício e que poderá comprometer seriamente a taxa de desenvolvimento do Estado. Para se ter uma idéia desse reflexo, foi elaborado o quadro nº 6, que apresenta o crescimento da produção lavoureira com e sem trigo.

QUADRO 6
IMPORTÂNCIA DO TRIGO NA FORMAÇÃO DO VALOR REAL DA PRODUÇÃO LAVOUREIRA (23 PRODUTOS)



mas, pelo menos no que respeita a estímulos e incentivos governamentais e taxa de expansão. O quadro 5, a seguir, apresenta a produção de trigo nos 3 Estados do Sul, a partir de 1967, com valores estimados para 1971 a 1973.

Admitindo-se como verdadeira a hipótese de taxas de incremento nos dois próximos anos de 20 e 15% para

Essas observações não tem nenhum objetivo desencorajador. A lavoura de trigo está definitivamente consolidada. A sua expansão, porém, aos níveis até agora alcançados, será sem dúvida problemática. O justo otimismo de que se está possuído, não deverá impedir que se encare com realismo os problemas e se criem, desde cedo, alternativas compensadoras.

Se por um lado, relativamente ao trigo, é razoável levantar algumas preocupações, isso não se aplicará, em nenhum caso, ao soja.

A expansão da lavoura processa-se até com maior intensidade que o trigo e as perspectivas do mercado são quase ilimitadas. A produção do ano de 1971, que se situou em torno de 1.400.000 toneladas e as ótimas possibilidades de comercialização, estão a estimular o incremento do plantio e sugerir um enorme esforço de apoio por parte dos órgãos de pesquisa, objetivando acréscimos seguros aos índices de produtividade.

Embora o trigo e o soja houvessem sido os responsáveis pela expansão espetacular do produto lavoureiro do Estado, e não obstante os estímulos oferecidos para uma maior ampliação da área do soja, não se deseja abrir caminho à monocultura no Rio Grande do Sul, que significaria uma dependência exagerada e riscos que o setor

QUADRO 5 PRODUÇÃO TRITÍCOLA REGIÃO SUL

em 1.000 toneladas				
	RS	SC	PR	TOTAL
1967	339,6	25,4	40,7	405,7
1968	618,7	47,2	99,2	765,1
1969	1.050,1	48,6	164,7	1.303,4
1970	1.465,0	56,0	228,0	1.749,0
1971	1.750,0	60,0	300,0	2.110,0
1972	2.160,0	66,0	390,0	2.616,0
1973	2.480,0	71,0	488,0	3.039,0

sempenho de triplicar a produção em apenas 3 anos, é realização inconcebível, em termos europeus, razão porque o assunto já foi objeto de trabalho jornalístico por parte da imprensa mundial.

Até que ponto a expansão da lavoura de trigo é possível e desejável? Pela importância que o cereal-rei

o Rio Grande do Sul, de 10 e 8% para Santa Catarina e 30 e 25% para o Paraná, teríamos uma produção que já se aproxima de 90% do consumo nacional. Por outro lado, sabe-se que o Brasil está preso a acordos comerciais, que terá de honrar e que estará sujeito a renovar mesmo no futuro. É sem dúvida um problema que aflora-

não está em condições de assumir.

Por esta razão, o milho, o arroz, a mandioca, o feijão, o fumo, a cebola, a batata inglesa, a cana-de-açúcar e a uva são cultivos que receberão assistência e estímulo especiais uma vez que, por um lado se compatibilizam facilmente com a estrutura fundiária existente na região colonial e por outro lado representam atividades que se coadunam com as condições ecológicas e qualidade do solo de certas regiões do Estado.

A policultura com um ou dois produtos comerciáveis básicos é a melhor política de estabilidade de níveis de renda e a alternativa que reduz os riscos que sempre estarão presentes na atividade agrícola.

Foi acentuado, de início, que a produção animal e derivados não experimentou os mesmos índices de crescimento da lavoura no seu conjunto.

As causas precisam ser identificadas, a fim de que o setor produtor de proteína por excelência possa ser ativado. Preliminarmente, entretanto, se faz mister desdobrar a área da pecuária em seus principais componentes (quadro 7). Em 1969, a situação era a seguinte:

Carne bovina	28,6%
Leite	23,2%
Carne Suína	22,5%
Lã	11,2%
Ovos	7,5%
Outros	7,0%

Confrontando estes números com os relativos a uma década atrás, verifica-se que o crescimento dos diferentes títulos não foi uniforme, tendo a produção suína, o leite e ovos superado, significativamente, os índices relativos à carne bovina e lã.

Por esse motivo e em razão de sua importância setorial, constituiu-se a pecuária bovina de corte uma variável estratégica de grande alcance e que terá de ser acionada sem delongas.

Se as taxas de expansão da produção suína, de leite e ovos, foram ligeiramente superiores a da produção de carne bovina, elas estão muito longe de representar índices de produtividade razoáveis. A batalha tecnológica terá de ser travada em todas as frentes do setor agrícola sob pena de se comprometer o ritmo de desenvolvimento que a Nação deseja e precisa manter.

Em razão das extraordinárias perspectivas de mercado, da potencialidade setorial, das favoráveis condições ecológicas e da tradicional e histórica vocação do homem gaúcho pelas lides criatórias, a variável capaz de sustentar ou pelo menos dar o apoio indispensável ao desenvolvimento do Estado, é a pecuária bovina de corte. Ela que

já contribuiu tão decisivamente na formação econômica do Rio Grande do Sul, tem a seu favor as melhores perspectivas.

Todavia, a conjuntura da pecuária é complexa e seus problemas não permitem a formulação de soluções fáceis e expeditas. O Estado, entretanto, precisa que se colha a oportunidade que o momento oferece para criar e consolidar em definitivo uma estrutura de exportação de carne.

Ninguém ignora que o País se lançou, agressivamente, em uma política de exportação. A sustentação de elevados índices aumentará a capacidade de endividamento do País, que por sua vez, garantirá o fluxo de recursos externos que complementarão as necessidades do investimento nacional.

A carne, mormente quando países tradicionais exportadores enfrentam sérias dificuldades internas, está em sejeando ao Brasil e, especialmente, ao Rio Grande do Sul, uma extraordinária oportunidade que terá de ser aproveitada a todo custo.

A par dessas perspectivas, não há como ignorar o abastecimento interno e a necessidade de satisfazer a demanda nacional. Entre os fatores determinantes da demanda de alimentos destacam-se de maneira especial: o poder aquisitivo dos consumidores, seus hábitos e preferências, e a existência de bens substitutos. Todos atuam intensamente, quer isolada quer conjuntamente.

O incremento dos níveis de renda per capita da população brasileira, a elevada elasticidade renda da carne bovina, e o hábito da população de incluir em sua dieta a carne como componente básico, deslocam a demanda para o alto e pressionam o mecanismo dos preços na mesma direção.

A existência de substitutos poderá, entretanto, agir como fator de equilíbrio, desde que convenientemente ativado. A carne bovina tem, na verdade, um bom número de substitutos. A carne de carneiro, de porco, de aves, e com uma potencialidade fantástica, a do peixe. Se a pressão da demanda interna deve ser reduzida, a fim de criar excedentes exportáveis, urge que todo o setor bovino se integre numa ampla campanha de promoção dos substitutos, eis que cada tonelada liberada de carne bovina robustece a área de maior rentabilidade que é a externa e promove a consolidação paulatina de uma fonte de divisas que atualmente sorri para o Brasil.

O setor de gado bovino, principalmente o de corte, inquestionavelmente, apresenta uma grande potencialidade. Sua rentabilidade, entretanto, dentro das atuais condições, é em muitas camadas argüida como duvidosa. É fora

de dúvida que muitas vezes determinados condicionantes comprometem a adoção de soluções simplistas, mas não invalidam a aplicação de instrumentos racionais que permitem a identificação de uma solução de equilíbrio a cada nível de preço e de custo.

A teoria da firma se fundamenta na formulação de uma única hipótese de racionalidade econômica: a maximização do lucro.

É, entretanto, razoável admitir que muitos abdicam da oportunidade de maior lucro em favor de maior comodidade e menor preocupação, comportamento que não se concilia com a definição de empresário.

Em qualquer das circunstâncias, duas ordens de considerações estarão necessariamente presentes. As que se relacionam com preço e aquelas que dizem respeito aos custos. Como às vezes é mais fácil formular reivindicações de melhores preços que empreender providências para reduzir custos, esta última providência tem sido relegada a plano secundário. De qualquer sorte, do ponto de vista racional, o lucro é função de duas variáveis e por conseguinte ambas terão de ser encaradas e analisadas.

A economia já tem sido definida como sendo a ciência dos preços. A análise pura e simples dos mesmos, muitas vezes permite identificar tendências no complexo econômico de um país. Preços altos denunciam escassez e estimulam a produção e preços baixos refletem abundância e funcionam como desestimulantes. A livre ação dos preços no mercado, entretanto, é fundamental. Quando o mercado ultrapassa os limites territoriais de um país e funcionam condicionantes estabelecidas pelo agente do Poder Público, o mecanismo fica cercado de funcionar livremente e leva a resultados diferentes.

O preço e garantia de mercado são os fatores de maior eficácia para estimular a produção. A intensidade ou rapidez com que a estrutura da produção responde a tais estímulos, varia enormemente. Fatores psicológicos podem ter um papel decisivo.

O clima que vivemos no país, de tranquilidade, confiança, estabilidade, são fatores propícios ao desenvolvimento e organização de uma sólida estrutura empresarial. Alguns setores, todavia, ainda não tiraram proveito da circunstância e resistem à inovação.

O preço da carne, mais especificamente o preço recebido pelo produtor nos últimos 10 anos, tem se apresentado adverso em vários anos do período. Um eficiente termo de comparação seria um índice especificamente

construído para aquilatar, a anual ou mensalmente, o poder de comprado preço recebido pelo produtor, em termos de preços pagos para fatores de produção.

Se tal confronto fosse realizado com o preço de alguns insumos, a discrepância, por certo, seria bem mais gritante. É fora de qualquer dúvida que os preços recebidos pelo produtor não puderam oferecer os estímulos a que qualquer atividade econômica é tão sensível. No ano de 1971, esboçou-se uma reação favorável, cuja manutenção será benéfica e desejável.

Outra observação que conspira contra os interesses do produtor é a relação entre o preço médio da carne de 1ª, com osso, pago pelo consumidor Portoalegrense e o preço médio do novilho recebido pelo produtor no período da safra.

Todos os indicadores de produtividade no setor da pecuária de corte são extraordinariamente baixos, comparados com países tradicionais produtores e exportadores de carne, ou com países como os Estados Unidos, França, Reino Unido, etc. É decorrência natural do processo extensivo de produção. A taxa de desfrute do Rio Grande do Sul não ultrapassa 12%, quando sabemos que nos Estados Unidos é 41%, na Argentina 31% e no Uruguai 17%. Para um rebanho que ultrapassa 12 milhões de cabeças seria lícito esperar uma produção de carne bem mais substancial, eis que, apenas para simplificar, nos países acima mencionados com aqueles efetivos produz-se, respectivamente, 4 vezes, 3 vezes e quase 2 vezes mais.

O quadro nº 10 expressa a situação para o último decênio. As causas do baixo desfrute reposam, principalmente, no baixo índice de natalidade, no alto índice de mortandade e na elevada idade de abate.

Cada um desses fatores compor-taria extensa análise, mas é fora de dúvida que além de causas de ordem zootécnica e sanitária a de maior significação é a relacionada com o regime alimentar.

Os comentários que até aqui se fizeram, não tiveram uma finalidade puramente descritiva, mas pretendiam conduzir a uma variável estratégica que atacada convenientemente pudesse produzir efeitos substanciais. O extraordinário índice de mortandade no rebanho bovino do Rio Grande do Sul é, fora de dúvida a variável que se perssegue.

O anuário estatístico do Rio Grande do Sul divulga as seguintes informações:

ANOS	REBANHO	MORTANDADE	% MO/RE
1961	9.691.900	503.730	5,2
1962	9.706.700	555.100	5,8
1963	10.402.000	489.000	4,7
1964	10.711.100	572.800	5,3
1965	11.069.300	749.430	6,8
1966	11.746.900	805.960	6,9
1967	11.926.110	719.048	6,0
1968	11.768.890	667.200	5,7
1969	11.953.760	638.050	5,3
1970	12.386.230	604.950	4,9

Considerando estes números e levando em conta que no mesmo período foram abatidas no Estado, segundo a mesma fonte, 11.130.092 cabeças, conclui-se que a mortandade representou 56,6% do abate, com reflexos negativos imediatos sobre a taxa de desfrute. Essa é uma constatação calamitosa para a economia do Estado e do próprio criador. Tudo o que se puder fazer para evitar ou diminuir tal prejuízo, terá de ser incorrido. Analisado estritamente sob este prisma, a solução não parece muito remota.

Como já se disse, sem ignorar causas de origem sanitária que não podem ser invocadas, senão para uma insignificante percentagem, o grande dizimador de nossos rebanhos é a fome - falta de alimentos.

Arguir que a escassez é periódica em decorrência de condições adversas de tempo: inverno extremamente rigoroso ou verões secos, é apenas parcialmente verdadeiro, eis que os números estatísticos, embora reflitam certa periodicidade, denotam uma insuficiência estacional de alimento.

O prejuízo causado ao Estado e aos fazendeiros não está só refletido no número de animais mortos. A perda de peso do rebanho, no período de escassez de alimento mais acentuado, que é o inverno, se situa em torno de 10 a 15%.

Isso quer dizer que nessas fases críticas os animais consomem suas próprias reservas físicas. Em outras palavras, o gado se nutre com o mais caro e nobre dos alimentos que é a carne, luxo que se podem dar só os países sub-desenvolvidos.

Os períodos de safra e entre-safra que o processo criatório atual a carreta com todas as suas conseqüências perniciosas, econômicas e sociais, na área da indústria, terão de ser, paulatinamente, eliminados e um processo de produção contínua deverá ser implantado. A estabilidade do setor, a manutenção do pleno emprego na indústria, e o preenchimento de sua capacidade ociosa, são benefícios incalculáveis.

A solução desses problemas converge, fatalmente, para a mesma origem: Alimentação. Disponibilidade permanente de Alimentação. As reservas nativas terão de ser melhoradas e ainda suplementadas com forragens cultivadas.

Vem se afirmando em alguns meios que a lavoura está perniciosamente, invadindo áreas de pecuária. Essa invasão, entretanto, é altamente benéfica, eis que lavoura e pecuária não são atividades concorrentes mas se completam, cabendo à primeira, dar o necessário apoio à segunda. Exatamente por essa razão que se estuda o lançamento da campanha do "Plante Carne".

Assim como os hábitos dos consumidores são difíceis de serem alterados a curto prazo, assim também os hábitos e processos de produção resistem à inovação. Por isso não se pode pretender, em período curto, modificar uma estrutura secular, momentaneamente levando em conta que o suprimento alimentar soluciona apenas parcialmente o problema, sendo o manejo adequado, variável de igual importância. Não obstante, é preciso desenvolver uma estratégia capaz de conduzir ao caminho mais curto para a consecução do objetivo final. Algumas tendências de melhoria e eficiência já se esboçam claramente. Basta acelerar o seu desenvolvimento a fim de que a pecuária, principalmente a bovina possa desempenhar o seu papel estratégico de acelerador do progresso agrícola e garantir para os primeiros anos taxas elevadas de desenvolvimento do Estado.

N.R. O trabalho foi entregue para publicação em janeiro de 1972. Os dados referentes a previsão da safra tritícola do estado serão alterados tendo em vista a crise na produção gaúcha deste ano.